

19. INÍCIO DE PROCEDIMENTO REGULAMENTAR REFERENTE AO BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO, NOS TERMOS DO ARTº 98º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:

Da **Vice-Presidente (Drª Sameiro Araújo)** com a área de responsabilidade do Desporto, Juventude, Saúde e Bem Estar, Associativismo, Cidadania e Participação, submetendo à consideração do Executivo Municipal a proposta de início de procedimento regulamentar referente ao **Banco Local de Voluntariado**.



*A reunião do
executivo municipal
31/08/2020
Hosny*

PROPOSTA

Banco Local de Voluntariado

Considerando:

- O voluntariado é uma atividade inerente ao exercício da cidadania que se traduz numa relação solidária para com o próximo;
- Que o voluntariado representa hoje um dos instrumentos básicos de participação da sociedade civil nos mais diversos domínios de atividade;
- O Município de Braga tem em funcionamento um Banco Local de Voluntariado, pelo que se torna importante regular o seu funcionamento, bem como das ações de voluntariado organizadas pelo Município de Braga;
- A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, que consagra o Regime Jurídico das Autarquias Locais, no respetivo artigo 33º, nº 1, alínea u), determina que compete à Câmara Municipal promover e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;
- A Lei nº 71/1998, de 03 de novembro, que prescreve as bases do enquadramento jurídico do voluntariado, no seu artigo 4º, nºs 1 e 3, estatui que se consideram organizações promotoras as entidades públicas da administração local, que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade, tendo a atividade de revestir interesse social e comunitário e podendo ser desenvolvida nos domínios cívico, da ação social, da saúde, da educação, da ciência e cultura, da defesa do património e do ambiente, da defesa do consumidor, da cooperação para o desenvolvimento, do emprego e da formação profissional, da reinserção social, da proteção civil, do desenvolvimento da vida associativa e da economia

social, da promoção do voluntariado e da solidariedade social, ou em outros de natureza análoga;

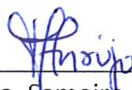
- A alínea k) do Artigo 33º da Lei 75/2013 que determina que é competência da Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do Município;

Assim,

Propõe-se ao Executivo Municipal a aprovação do início dos procedimentos regulamentares nos termos do art. 98º do Código do Procedimento Administrativo para o regulamento do Banco Local de Voluntariado de Braga.

Braga, 31 de agosto de 2020

A Vice-Presidente,



(Dra. Sameiro Araújo)